

«Regnum et Studium»: A Reforma Manuelina da Universidade. Um estudo da relação entre cultura letrada e poder político na baixa idade média (1495-1521)¹

Rui M. Rocha

Universidade de Lisboa - Centro de História

Resumo: Portugal, na transição entre os séculos XV e XVI, atravessou um período de profundas transformações, preconizadas pela Coroa. Este conjunto de mutações, dirigidas e protagonizadas pelo monarca D. Manuel I, profundamente estudadas pela historiografia portuguesa, ficaria sintomaticamente conhecido por Reforma Manuelina, em clara associação ao seu principal promotor. A universidade portuguesa, sediada na altura em Lisboa, enquanto instituição cultural por excelência do reino, não ficaria à margem deste processo reformista, sendo também alvo de um considerável esforço legislativo, normativo e administrativo. Esforço este materializado no renovado, ampliado e mais completo documento estatutário que o Estudo Geral tinha recebido até então. Os Estatutos Universitários de 1503, indubitavelmente subscritos e promulgados por D. Manuel I, não só sinalizam como integram a reforma da universidade num amplo plano reformista que perpassou as várias dimensões da ação governativa do rei. Assim, este projeto pretende estudar a reforma manuelina da universidade portuguesa, inserida não somente nesse mesmo vasto projeto reformista como numa Europa em transformação. Através de uma abordagem multidimensional, o objetivo será a análise das mutações na instituição no plano político, social, económico, pedagógico e cultural. Mas, ao invés de uma abordagem tradicionalmente institucional, a investigação focar-se-á na relação entre cultura letrada e poder político, isto é, entre o rei e a universidade. A compreensão da correspondência e conexão entre estas duas dimensões, permitirá responder a uma questão subjacente a toda a problemática – afinal, para que serviu a universidade?

Palavras-chave: Universidade; Reforma; D. Manuel I; Século XVI;

Abstract: Portugal, in the transition between the 15th and 16th centuries, went through a period of profound transformations, promoted by the Crown. This set of mutations, directed and carried out by the king Manuel I, deeply studied by Portuguese historiography, would become symptomatically known as the Manueline Reform, in clear association with its main promoter. The Portuguese university, headquartered in

¹ O presente artigo resulta de uma investigação de doutoramento, em curso, sobre a reforma da universidade portuguesa durante o governo de D. Manuel (1495-1521), e a ligação entre o poder político e a cultura letrada no final da idade média, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/135867/2018).

Lisbon at the time, as a cultural institution par excellence in the kingdom, would not be left out of this reformist movement, and was also the target of a considerable legislative, normative and administrative effort. This effort materialized in the renewed, expanded and most complete statutory document that the Studium Generale had received until then. The University Statutes of 1503, undoubtedly subscribed and promulgated by Manuel I, not only signalled but integrated the reform of the University in a broad reformist plan that permeated the various dimensions of the king's governmental action. Thus, this project intends to study the Manueline reform of the Portuguese university, inserted not only in that vast reformist project but also in a Europe in transformation. Through a multidimensional approach, the objective will be the analysis of changes in the institution in the political, social, economic, pedagogical and cultural levels. But, instead of a traditionally institutional approach, the research will focus on the relationship between literate culture and political power, that is, between the king and the University. Understanding the correspondence and connection between these two dimensions will allow answering a question underlying the entire project – what was the purpose of the Portuguese University?

Keywords: University; Reformation; king Manuel I, 16th century.

1. Introdução: objetivos e questão central

A transição entre os séculos XV e XVI, foi um período inegavelmente marcado por grandes convulsões e mutações na Europa, sobretudo pela abertura de novos corredores culturais, pela exponenciada circulação de conhecimentos, e naturalmente, pelo maior contacto, proximidade, e eventual permeabilidade entre realidades, tanto análogas como díspares. Neste contexto, o reino português, tanto pelo enriquecimento da Coroa como pela inserção num mundo em profunda transformação, foi também sujeito a um amplo projeto reformista, promovido pelo monarca, com particular incidência, por exemplo, na cidade de Lisboa, nos forais do reino, nos tribunais superiores, nas ordenações, nos pesos e medidas, e também na universidade, esta última a menos conhecida e estudada do conjunto.

Perante a identificação desta lacuna historiográfica, o projeto tem por objetivo a análise dos conteúdos e o impacto da reforma manuelina na universidade portuguesa, na transição entre os séculos XV e XVI, sendo os seus limites, grosso modo, coincidentes com o governo e a ação reformista de D. Manuel I (1495-1521). A abordagem é multidimensional, procurando identificar as causas e os efeitos da reforma universitária através da sobreposição de várias escalas e planos - políticos, sociais, económicos e culturais – como alternativa a outras aproximações já tentadas ao tema, igualmente meritórias, mas predominantemente identificadas com um único desses fatores. Os

limites cronológicos são naturalmente flexíveis, pois interessa avaliar a reforma da universidade portuguesa em função do seu passado próximo e do seu devir imediato, que se estende até à transferência para Coimbra na década seguinte. Sem isso dificilmente se poderia identificar a natureza e o alcance das transformações ocorridas, a perenidade de certas tendências, os agentes catalisadores e atingidos pela mudança, as causas da evolução e principais resultados práticos.

A colocação deste tópico a uma escala mais vasta será resolvida pelo estudo de movimentos reformistas análogos na esfera europeia, em instituições homólogas com idêntico perfil de partida, nomeadamente Salamanca² e Nápoles (sob controle espanhol), ambas de fundação e direção régia, como a portuguesa, para perceber se cenários comuns motivaram políticas universitárias idênticas. O modelo de trabalho assentará em parte numa base prosopográfica, resultando na produção de instrumentos no campo das humanidades digitais, nomeadamente uma base de dados de livre acesso.

Este projeto de investigação pretende assim colmatar uma brecha num período considerado profundamente nevrálgico da história portuguesa, equacionando a existência e desenvolvimento das estruturas universitárias portuguesas com o primeiro período de uma verdadeira expansão e afirmação da Coroa no plano internacional, e também com o movimento humanista europeu. Por outras palavras, conforme é expresso no título, o projeto pretende estudar a relação entre cultura letrada (centrada na universidade) e o poder político (centrado no rei) durante o período manuelino, tendo como questão central subjacente – qual o propósito da universidade para D. Manuel I?

2. Em torno da universidade manuelina: problemas, tendências e vias de investigação. Uma síntese historiográfica

2.1. Os primeiros estudos

O estudo sobre a história da universidade portuguesa remonta à primeira metade do século XVIII, quando a Academia Real de História Portuguesa publicou a obra «*Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*»³. Desde então, os principais avanços historiográficos associaram-se à comemoração de centenários, o que exprime, como foi notado num recente artigo, a verdadeira materialização da conexão entre a

² A propósito da reforma da universidade de Salamanca no início do século XVI vide Manuel Álvarez, “La Reforma Universitária”, *Studia Historica. Historia moderna*, 2 (1984): 21-46.

³ Francisco Leitão Ferreira, *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra* (Lisboa: Academia Real da História Portuguesa, 1729).

universidade e o poder político⁴. A produção historiográfica por ocasião de efemérides comemorativas constituiu assim um incentivo para a revitalização do tema. Como exemplo, Teófilo Braga, ao celebrar o sexto centenário da fundação da universidade, publicou a «*História da Universidade de Coimbra*»⁵. Mais tarde, para assinalar o quarto centenário da realocização da Universidade Portuguesa, de Lisboa para Coimbra, Mário Brandão e Manuel de Almeida elaboraram um ensaio de enfoque semelhante⁶. Este conjunto de obras, embora cruciais numa conjuntura incipiente, pautam-se por uma abordagem pouco focada, com períodos de análise excessivamente longos, e com uma perspetiva vincadamente institucional, baseada em estudos de caso e não numa leitura e análise sistemática dos dados. Não correspondem por isso a obras que estudam as diversas dimensões da instituição universitária, mas limitam-se a uma história institucional regulada pelos momentos que os autores consideraram mais importantes para o Estudo Geral, sem a necessária dimensão reflexiva, nem a indispensável inserção no panorama internacional, ligada a uma historiografia mais recente.

2.2. A revitalização historiográfica na mudança de século

A conjuntura internacional acabaria por surtir efeitos no âmbito nacional, sobretudo na última década do século XX. A produção de uma obra geral sobre a história da universidade na Europa no início dos anos 90⁷, aliada à política de comemoração que se recusou a diminuir ao longo das décadas, levou à publicação: primeiro das atas de um congresso sobre a universidade em 1991⁸, e segundo, de uma coletânea inovadora de ensaios sobre o estudo geral em 1997⁹, ambas para celebrar o sétimo centenário da universidade de Coimbra. Estes trabalhos destacam-se do que até então tinha sido produzido em Portugal pelas abordagens inovadoras. O primeiro, resultado de um congresso sobre o tema realizado em 1990, caracteriza-se pelo elevado grau de interdisciplinaridade, reflexo da qualidade e diversidade das colaborações, em temas que vão

⁴ Hermenegildo Fernandes, Armando Norte, André de Oliveira Leitão, “Portuguese Studium and Portuguese Scholars in the Middle Ages: some Remarks on a Research Strand and its Databases = Studium y académicos portugueses en la Edad Media: algunas aportaciones sobre una línea de investigación y sus bases de datos”, *CIAN-Revista de Historia de las Universidades*, 19/1 (2016): 27-56.

⁵ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, 4 vols. (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1892-1902).

⁶ Mário Brandão, Manuel Lopes Almeida, *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua História* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937).

⁷ Walter Rüegg (ed.), *A History of the University in Europe*, 4 vols. (Cambridge: Cambridge University Press, 1991-2010).

⁸ AA. VV., *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas.*, in *Actas do Congresso «História da Universidade» (no 7.º Centenário da sua fundação)*, 5 a 9 de Março de 1990, 5 vols. (Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991).

⁹ AA. VV., *História da Universidade em Portugal*, 2 vols. (Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997).

desde abordagens sociológicas até estudos de arte e património, com uma perspetiva diacrónica (englobando estudos focados na idade média até ao mundo contemporâneo). Nesta obra são colocados em discussão tópicos de grande relevância para o projeto em desenvolvimento, como o impacto do humanismo renascentista na universidade, embora seja relevante notar que é dos poucos momentos em que esta temática é abordada, e embora criticamente, de forma muito superficial, não cruzando necessariamente a questão do humanismo com o governo e políticas da universidade manuelina.

Já a segunda obra é particularmente relevante por vários motivos. Em primeiro lugar, porque reuniu especialistas de várias instituições portuguesas para colaborar numa história geral da universidade, resultando numa cooperação institucional que até então não tinha sido conseguida com sucesso. Mas ainda mais importante, porque não se limita a estabelecer e delinear mais uma história política e institucional da universidade portuguesa como as anteriores. Com uma estrutura visivelmente decalcada e influenciada pela obra publicada anos antes sobre a história da universidade na Europa, tem uma aproximação aos temas problematizante e inovadora, e subsequente questionamento e interpretação das fontes avançando novas propostas acerca, por exemplo, da orgânica e funcionamento interno do Estudo Geral em Portugal. Esta abordagem facilitou novas reflexões sobre temas muito pouco estudados, e que permanecem até hoje como modelares e basilares. Nessa obra, Maria Helena da Cruz Coelho, perante escassas informações sobre o assunto, faz um ensaio sobre o financiamento e gestão dos recursos económicos da universidade portuguesa entre os séculos XIII e XVI¹⁰, ilustrando bem o potencial desta revisão historiográfica.

Mais recentemente, concluindo o ciclo comemorativo, uma equipa liderada por Hermenegildo Fernandes, publicou «*A Universidade Medieval de Lisboa (séculos XIII-XVI)*»¹¹, uma importante obra que celebrou o primeiro centenário da moderna universidade lisboeta. O investimento na construção e divulgação de instrumentos de trabalho, de carácter eminentemente prosopográfico, do qual resultaram listas de lentes, escolares e oficiais, são sem dúvida elementos e contributos importantes, tanto de um ponto de vista metodológico como de análise, pois permitem desde logo reconstituir os corpos universitários portugueses no período manuelino. Fica em falta, no entanto, uma análise minuciosa da composição desses corpos limitada à cronologia

¹⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, “As Finanças”, in *História da Universidade em Portugal. (1290-1536)*, ed. AA. VV., Vol. 1, tomo I (Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 39-67.

¹¹ *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, Hermenegildo Fernandes (coord.) (Lisboa: Tinta-da-China, 2013).

manuelina, qualitativa e quantitativa, que permita identificar reconfigurações sociológicas da esfera universitária.

Por fim, em consonância com esta última publicação, e ancorada numa vertente de investigação firmemente estabelecida no Universidade de Lisboa - Centro de História, sobre a história das universidades, encontra-se em curso uma sólida revitalização deste campo historiográfico, manifesta não somente num conjunto de teses de doutoramento - defendidas¹² e em curso¹³ – mas também em projetos de investigação científica financiados¹⁴, são igualmente prova das lacunas historiográficas no tema.

2.3. A reforma e governo manuelino da universidade

O “vazio” de estudos sobre a universidade manuelina constitui, em certa medida, um paradoxo interessante. Na sua fase mais incipiente, isto é, para a conjuntura fundacional, da qual temos muitos poucos testemunhos documentais, o interesse dos historiadores foi sempre maior. Por oposição, a quantidade de documentação da instituição para o período manuelino é notoriamente maior, mas estranhamente, menos estudada que a anterior. Parece mais ou menos evidente que esta lacuna é motivada sobretudo por uma historiografia que tem como principal força motriz uma política comemorativista, que pretende assinalar os momentos de maior convulsão ou mudança. O facto de a universidade portuguesa ter sido deslocada sucessivamente durante o primeiro século de existência, por quatro ocasiões, entre a cidade de Lisboa e Coimbra, teve um efeito agregador do interesse dos historiadores. A fase seguinte, muito mais estável, que se prolongou desde 1377 até 1536, não acolheu, salvo raras exceções, o mesmo entusiasmo, e ainda menos, a abundância de reflexões. Para a temática em concreto destacam-se apenas quatro breves ensaios. O primeiro, com uma abordagem genérica, mas pioneira, assinado por Manuel Augusto Rodrigues da Universidade de

¹² Armando Norte, “Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII-XIII)”, (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013)., 2 vols. Carlos Alves, “A Ordem Natural nas reformas universitárias de Salamanca e Coimbra (1769-1803)” (Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2021).

¹³ Estão em execução as teses de doutoramento, no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, de André Leitão (“*Escolares portugueses na Christianitas (séculos XII-XV): circulação, redes e percursos*”; e de Ana Ferreira (“*A cidade de Lisboa e a Universidade: o poder da escrita, 1377-1438*”).

¹⁴ Entre 2007 e 2013, no âmbito do *Programa de comemorações do centenário da Universidade de Lisboa* (ULis2011), a Reitoria da universidade financiou o projecto “*História da universidade medieval em Lisboa (1288-1537)*”. Entre 2016 e 2020, esteve em curso o projecto de investigação, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, intitulado “*OECONOMIA STUDII. Financiamento, gestão e recursos da universidade em Portugal: uma análise comparativa (séculos XIII-XVI)*” (PTDC/EPHIS/3154/2014). Mais recentemente, entre 2017 e 2020, Armando Norte desenvolveu o projeto de pós-doutoramento “*Debuerit et habuerit. Património, receitas e despesas da universidade portuguesa no período medieval e moderno*” (SFRH/BPD/115857/2016), também financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Coimbra¹⁵; um segundo texto, ligado a uma dimensão material do *Studium*, por Rui Lobo, que estuda os edifícios das escolas da universidade¹⁶. Mais recentemente, e já como resultado da revitalização de estudos sobre história da universidade, foi publicado um artigo sobre as finanças da universidade, de Armando Norte¹⁷; e um último, do mesmo autor com Rui Rocha, sobre a dimensão material das procissões académicas e cerimónias de concessão de grau¹⁸. A estes trabalhos, todos importantes e com um contributo significativo para a temática, falta um conhecimento mais aprofundado do panorama universitário português no período, e sobretudo da relação entre o poder central e a universidade. Daqui resultou que, o período manuelino - que marcou a fase final de um enorme período de estabilidade da universidade na cidade de Lisboa, apesar do considerável volume de documentação que produziu – não mereceu a mesma atenção que os restantes momentos da história da instituição.

Não quer isto dizer que o período e a Reforma Manuelina não tenham sido profundamente estudados. São aliás, processos e dinâmicas bem conhecidas da historiografia portuguesa, como fica atestado por João Paulo Oliveira e Costa na biografia régia¹⁹. Foi efetivamente um fenómeno abordado enquanto processo político no quadro de centralização, conjuntura esta profundamente explorada, sobretudo à luz de uma Coroa enriquecida muito ativa na reestruturação do Estado. Nesse âmbito, várias reformas, nomeadamente as já referidas referente aos forais, e dos pesos e medidas, em oposição ao movimento reformista da universidade, mereceram muita atenção da historiografia portuguesa.

Importa por isso expor alguns debates e questões centrais que embora sejam abordadas pela historiografia, não são verdadeiramente esclarecidas nem respondidas, nomeadamente a questão da mobilidade dos escolares no período manuelino, o impacto do processo expansionista na universidade, e os mecanismos de financiamento universitário naquele período, entre outros.

Ora, em virtude dos critérios editoriais do «*Chartularium Universitatis*

¹⁵ Manuel Augusto Rodrigues, “A Universidade no Tempo de D. Manuel I. Algumas Notas,” in *III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a Sua Época (24 a 27 de Outubro de 2001)*. Actas., Vol. 4. (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004), 149-172.

¹⁶ Rui Lobo, “A Sede Manuelina (1503),” in *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. coord. Hermenegildo Fernandes (Lisboa: Tinta-da-China: 2013), 267-304.

¹⁷ Armando Norte, “Os estatutos universitários manuelinos (c. 1503) e a “arca” do estudo. Administração e finanças universitárias no reinado de D. Manuel I”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), 125-143. https://doi.org/10.14195/1645-2259_19_5.

¹⁸ Armando Norte, Rui M. Rocha, "The Cost of Graduation and Academic Rituals: Material Expressions of Student Life in the Late Middle Ages in Portugal", *E-journal of Portuguese History* 17/1 (2019), 21-37.

¹⁹ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I.* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

Portugalensis»²⁰, é possível considerar razoavelmente bem estudada a questão da mobilidade dos escolares portugueses. No entanto, existem alguns debates em torno da mesma temática no período manuelino que valem a pena retomar, apesar do excelente legado de Luís de Matos no que respeita aos portugueses em Paris²¹. A questão central prende-se com as motivações que levariam uma coroa enriquecida a investir financeiramente e no controlo político efetivo na universidade em Portugal, e simultaneamente num programa de investimento considerável em bolsas de estudo para escolares portugueses frequentarem o colégio Montaigu (e mais tarde, a partir de 1520, o colégio de Santa Bárbara) na universidade parisiense, figurando uma aparente redistribuição de recursos económicos e de esforços políticos. Ora, é indiscutível que D. Manuel I, através dos estatutos de 1503, procurou limitar e retirar autonomia à universidade, alinhando a instituição com o seu programa político centralizador, mas demonstrando igualmente um inegável interesse nos desígnios da instituição, sendo inverosímil que o investimento na formação de escolares noutras universidades se justificasse pelo menosprezo da instituição em território nacional. Decorrente da primeira questão, importa também discutir a razão da hipotética inflexão da tendência da mobilidade dos escolares portugueses, que nos primeiros séculos de funcionamento da universidade portuguesa pareciam predominantemente orientados para os tradicionais polos europeus em estudos de direito – Salamanca e Bolonha – mas aparecem no início do século XVI orientados também para uma universidade especializada em Artes e Teologia, a de Paris. João Paulo Oliveira e Costa, um dos interlocutores do debate, explica esta tendência, motivada sobretudo por escolhas da Coroa, pela “centralidade e cosmopolitismo muito superior”²² da cidade francesa. Por outro lado, Joaquim Veríssimo Serrão, profundamente conhecedor da presença portuguesa nas universidades de Salamanca, Toulouse e Montpellier, aponta a existência de um “plano genérico para a criação de docentes que pudessem um dia valorizar a Universidade de Lisboa”²³. Para este autor, esta alteração nas tendências de mobilidade era resultado de uma aposta na formação de lentes no estrangeiro, presumindo um eventual regresso para lecionar na universidade portuguesa, para assim a valorizar. Pelo menos para o caso de Teologia, conforme assevera Mário Farelo, especialista na temática da *peregrinatio academica* (em

²⁰*Chartularium Universitatis Portugalensis. 1288-1537.*, Artur Moreira de Sá [et al.] (eds.), 16 vols. (Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1966-2004)

²¹ Luís de Matos, *Les Portugais a l'Université de Paris. Entre 1500 et 1550.* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1950).

²² Costa, *D. Manuel I*, 214.

²³ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal.*, Vol. 3 (Lisboa: Verbo, 1988), 366.

concreto para a cidade de Paris), “parece evidente que o estrito argumento da formação parisiense parece ter pesado pouco, por essas alturas, no momento de escolher o lente”²⁴ identificando apenas um caso, mas salvaguardando a possibilidade de mais acerca dos quais se desconhece a eleição. Assim, embora não nos seja possível alhear de qualquer um destes argumentos há um que parece esquecido, ou pelo menos relegado para segundo plano. Seriam as transformações nas tendências da mobilidade dos escolares resultado de uma alteração nas prioridades dos programas pedagógicos universitários?

A historiografia associou claramente o processo dos descobrimentos e expansão portugueses à renovação cultural e o progresso científico, mas sem lhe atribuir qualquer dimensão universitária. Para isso é necessária uma abordagem prosopográfica e análise de carreiras individualizada, mas parece possível que a intensificação do percurso dos estudantes portugueses se justifique pela necessidade de especialização nas áreas do *Quadrivium* (nomeadamente na aritmética, geometria e astronomia)²⁵, ou sobretudo, de Teologia, que apenas uma universidade especializada como a de Paris seria capaz de suprir. Esta hipótese vai ao encontro da afirmação de que existiram “estudos promovidos pela casa real [...] onde numa base marcada pela aritmética, eram tratados outros temas relacionados com a cartografia, cosmografia, náutica, fortificação e urbanismo, temas estes que constituíam os temas centrais da estratégia e gestão política dos altos funcionários da casa real”²⁶. Em suma, apesar do investimento historiográfico substancial no tema da *peregrinatio academica*, resultado também da vaga de publicação de fontes, vale a pena retomar esta problemática para o período manuelino.

Outro tópico a considerar é o impacto da expansão portuguesa nos mecanismos de financiamento universitários. Como reparamos anteriormente, Maria Helena da Cruz Coelho foi precursora no estudo da temática. Está, no entanto, em aberto, apesar do claro investimento no tópico, perceber de que forma o enriquecimento da Coroa no quadro da Expansão, contribuiu para um reforço do protagonismo do monarca dentro da universidade, mas também para o fortalecimento económico da própria instituição,

²⁴ Mário Farelo, “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento,” in *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI.*, coord. Hermenegildo Fernandes (Lisboa: Tinta-da-China: 2013), 216.

²⁵ Nair Castro Soares mencionou que a integração destas ciências, a par da filosofia, nos programas pedagógicos universitários em Portugal (ainda na primeira metade do século XV) sinalizam a importância destes saberes para a empresa dos Descobrimentos - Nair de Nazaré Castro Soares, *Mostras de sentido no fluir do tempo: estudos de humanismo e renascimento*. (Coimbra: [s.n.], 2018), 278.

²⁶ Hélder Cárita, “Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1496-1521)”. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998), 152.

enquanto investimento com retorno útil para a fazenda do reino. Aparentemente, o caso português continua a ser genericamente visto como uma universidade periférica e de dimensões reduzidas, sem possibilidade de concorrência com outras universidades ibéricas, em continuidade com a realidade anterior (o que parece não merecer discussão até ao século XV). O investimento em salários e em infraestruturas de ensino (a sede manuelina) feito por D. Manuel, correspondendo a um efetivo aumento de dotação financeira, pode ter resultado num redimensionamento do Estudo Geral português, cujo impacto ainda não foi devidamente avaliado.

Assim, por este motivo, e também para a compreensão de outras dimensões do nosso projeto, é importante colocar em discussão a importância da instituição na governação de D. Manuel I, e vice-versa, antevendo uma possível instrumentalização da instituição, porque só assim se compreenderá um elemento central do nosso projeto – a reforma.

3. Em torno da universidade manuelina: fontes para o seu estudo

O presente projeto de investigação beneficia largamente de uma linha de investigação que se constrói e concretiza desde os anos sessenta do século XX, e consequentemente de um sistemático programa editorial de fontes relacionadas diretamente com a história da universidade.

O começo da segunda metade do século XX foi um período extremamente fértil na publicação de fontes sobre a universidade portuguesa, esforço este inserido num projeto mais vasto de colocar no prelo grandes compilações documentais e assim torná-las acessíveis à comunidade de historiadores, emulando um pouco o que se passava (no que concerne aos instrumentos de trabalho e metodologia) no resto da Europa.

No que se liga diretamente à história do Estudo Geral Português, imbuído do espírito comemorativista (estritamente ligado ao programa do Estado Novo de investimento na capital) e alimentado pela disputa da antiguidade sobre as origens da universidade, Artur Moreira de Sá inaugurou a edição, a partir de 1966, do «*Chartularium Universitatis Portugalensis*»²⁷. Esta coletânea, inegavelmente o conjunto documental mais relevante para o estudo da universidade portuguesa na idade média, não deixa de

²⁷ *Chartularium Universitatis Portugalensis. 1288-1537.*, Artur Moreira de Sá [et al.] (eds.), 16 vols. (Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1966-2004).

possuir um carácter factício²⁸, mas procura emular “o que se fizera em França, nos finais de Oitocentos, para os casos de Paris e Montpellier, ou em Itália, na primeira metade do século XX, no caso, por exemplo, de Bolonha”²⁹.

No entanto, é consensual que esta obra em particular apresenta alguns problemas, além do mencionado carácter factício, relacionados com os critérios editoriais em constante mudança que levariam, a longo prazo, à inclusão de um grande número (ainda desconhecido) de documentos que não estão relacionados com a universidade portuguesa, mas apenas com escolares portugueses. As reconhecidas fragilidades da documentação portuguesa sobre a universidade, particularmente em relação aos aspectos que cercam a sua fundação, e mais tarde as referidas políticas editoriais da «*Chartularium Universitatis Portugalensis*», acabaram por servir então de estímulo à pesquisa abundante sobre escolares portugueses fora de Portugal, ou por outras palavras, sobre a *peregrinatio academica* em Bolonha, Paris, Salamanca, Toulouse, Oxford e Montpellier nomeadamente os estudos de Veríssimo Serrão³⁰, Sousa Costa³¹; Gomes

²⁸ Até aos dias de hoje, o único cartulário que se conhece para a universidade portuguesa – enquanto verdadeiro cartório da comunidade – é o Livro Verde, um manuscrito datado do século XV, atualmente à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra, que conta com sucessivas edições entre 1940 e 1992 - *Livro Verde da Universidade de Coimbra.*, António Gomes Rocha Madaíl (ed.) (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1940); *Livro Verde da Universidade de Coimbra: cartulário do século XV. ed. fac simulada.*, Manuel Augusto Rodrigues, Maria Teresa Nobre Veloso (eds.) (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990); *Livro Verde da Universidade de Coimbra: transcrição.*, Manuel Augusto Rodrigues, Maria Teresa Nobre Veloso (eds.) (Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992).

²⁹ Hermenegildo Fernandes, “Introdução”, in *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI.* coord. Hermenegildo Fernandes (Lisboa: Tinta-da-China: 2013), 24-25.

³⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, “Escolares portugueses nas universidades do sul de França,” in *Ocidente* 45 (1953), 105-112; Joaquim Veríssimo Serrão, “Manuel Álvares (1545-1612). Um desconhecido português. Professor de Medicina na Universidade de Toulouse,” in *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* 21 (1953), 1-53; Joaquim Veríssimo Serrão, “Étudiants portugais dans les universités du Midi de la France à la fin du XIV siècle,” in *Bulletin Philologique et Historique (jusqu'en 1715) du Comité des travaux historiques et scientifiques.* (Paris: Imprimerie Nationale-Presses Universitaires de France, 1953-1954), 265-272; Joaquim Veríssimo Serrão, “Escolares portugueses do século XVI na Faculdade de Medicina de Montpellier,” in *Arquivo da Bibliografia Portuguesa* III/12 (1962), 185-192; Joaquim Veríssimo Serrão, “Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)”. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962).; Joaquim Veríssimo Serrão, *Les portugais à l'Université de Toulouse (XIIIe-XVIIe siècle).* (Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1970); Joaquim Veríssimo Serrão, *Les portugais à l'Université de Montpellier (XIIIe-XVIIe siècle).* (Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1971); Joaquim Veríssimo Serrão, “Contributo para o estudo dos portugueses na Universidade de Alcalá (1509-1640)”, in *Revista Portuguesa de História* 17 (1978), 37-54.

³¹ António Domingues da Sousa Costa, “Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de São Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa* III/1 (1969), 3-157.; António Domingues da Sousa Costa, “Portugueses no Colégio de São Clemente de Bolonha durante o século XV,” *Studia Albornotiana* 13 (1973), 211-415; António Domingues da Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de São Clemente e Universidade de Bolonha durante o Século XV.*, 2 vols. (Bolonha: Real Colégio de Espanha, 1990).

da Silva³²; Peter Russel³³; Resende de Oliveira³⁴; Mário Farelo³⁵; Armando Norte³⁶ e mais recentemente de André de Oliveira Leitão³⁷. Posto isto, as circunstâncias em torno da documentação portuguesa, bem como da sua publicação acabaram por ser decisivas para uma inserção do programa historiográfico português num cenário internacional.

A coleção documental, composta por 16 volume com cerca de 7000 documentos de tipologias muito diversas (desde bulas papais, cartas régias, diplomas eclesiásticos e documentação privada), e publicada sistematicamente ao longo de quase meio século (1966-2004) é assim um instrumento imprescindível para o projeto a desenvolver. Tendo em conta a cronologia definida, o *Chartularium Universitatis Portugalensis* reúne, entre os volumes IX (com documentação entre os anos de 1491 e 1500) e XII (com documentação entre os anos de 1521 e 1525), cerca de 1946 documentos do nosso interesse, o que corresponde a uns significativos 30% da documentação total da coletânea, sintomático de um aperfeiçoamento do aparelho burocrático na transição do século XV para o XVI.

Enquanto esta coleção foi sendo regularmente publicada, outras fontes foram, entretanto, editadas, contribuindo igualmente para o impulso neste campo de estudos. Neste âmbito, refira-se o fundamental «*Auctarium Chartularii Universitatis*

³² Nuno Gomes Silva, “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421),” *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 12 (1960), 5-35; Nuno Gomes Silva, “O doutoramento em Pavia de D. Martim Gil, bispo de Silves (1395),” *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 16 (1963), 425-430.

³³ Peter Russel, “Medieval Portuguese Students at Oxford University,” in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*. (Münster: Westfalen, 1960), 183-191.

³⁴ António Resende de Oliveira, “A mobilidade dos universitários,” in *História da Universidade em Portugal*. Vol. 1, tomo I (1290-1536), ed. AA. VV. (Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 339-356.

³⁵ Mário Farelo, “La peregrinatio academica portugaise vers l’Alma mater parisienne, XII-XV siècles”. (Tese de Doutoramento, Université de Montréal, 1999); Mário Farelo, “L’impact des relations économiques entre le Portugal et l’Europe du Nord sur le peregrinatio académica portugaise vers l’Université de Paris au Moyen Âge” in *Actes du colloque annuel du département d’Histoire de l’Université de Montréal. L’Histoire au carrefour des Sciences Humaines (5-6 mars 1999)* ed. N. Pilon, B. Poupard, A. Racicot (Montréal: Université de Montréal, 2001), 233-235.; Mário Farelo, “Les portugais à l’Université de Paris au Moyen Âge. Aussi une question d’acheminements de ressources” *Memini. Travaux et documents publiés para la Société des études médiévales du Québec* 5 (2001), 101-129.; Mário Farelo, “Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medievo (sécs. XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo” *Lusitania Sacra*, 2ª série, XIII-XIV (2001-2002), 161-196.; Mário Farelo, “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento,” in *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. coord. Hermenegildo Fernandes (Lisboa: Tinta-da-China: 2013), 235-265.

³⁶ Armando Norte, André de Oliveira Leitão, “A mobilidade dos escolares portugueses: a «peregrinatio academica» entre os séculos XII e XV,” *Revista Lusitânia Sacra* 1/33 (2016), 43-98.

³⁷ André de Oliveira Leitão, “Circulação, redes e percursos dos escolares portugueses na Christianitas durante a Idade Média. Apresentação de um plano de tese de doutoramento em História Medieval,” in *Incipit 3. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*. Ed. Diogo Faria, Filipa Lopes (Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014), 73-86.

Portugalensis»³⁸, coletânea em 3 volumes, que publica dois manuscritos à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra, destacando-se da obra anterior por reunir efetivamente documentação relacionada invariavelmente com a universidade portuguesa entre os anos de 1506 e 1537, e portanto, sobremaneira relacionada com a universidade manuelina e com o nosso tema. Esta coletânea, publicada também por Artur Moreira de Sá entre 1973 e 1979, reúne uma grande diversidade de documentos, nomeadamente cópias de atas do conselho, inscrições, entre outros. A sua leitura e análise permitem, assim, conhecer os professores que lecionaram na universidade, que aí se formaram, a forma como os estatutos foram observados e, portanto, conhecer em pormenor a Universidade de Lisboa durante esse curto período de 30 anos do início do século XVI. Novamente, tendo como crivo os limites cronológicos do projeto, do total de 1462 documentos que reúne, interessam-nos 767, correspondentes à grande maioria dos primeiros dois volumes.

Embora duas destas fontes documentais ultrapassem a cronologia do projeto, vale a pena integrar ainda no *corpus* documental as orações da sapiência da Universidade de Lisboa, a cargo, respetivamente, de Pedro de Meneses³⁹, André de Resende⁴⁰ e Jerónimo Cardoso⁴¹. Esta tipologia documental é especialmente importante por traduzir, numa perspetiva interna à instituição, os problemas da universidade, bem como a posição do orador relativamente à organização do Estudo Geral.

Por fim, mas não menos importante, destaque-se «*Os primeiros estatutos da Universidade de Coimbra*»⁴², publicação de 1991 de Manuel Augusto Rodrigues, que transcreve e traduz os três estatutos conhecidos da universidade portuguesa na Idade Média, emanados por D. Dinis (1309), D. João I (1431) e D. Manuel I (c. 1503). Os últimos são particularmente detalhados, mas, “à riqueza inegável dos dados nesta fonte, soma-se o facto de em si mesmos, os estatutos, aduzirem o impulso reformador de D. Manuel I na instituição, sendo a materialização mais evidente deste processo, e, portanto, a documentação mais óbvia para o estudo da reforma manuelina da

³⁸ *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis. 1506-1537.*, Artur Moreira de Sá (ed.), 3 vols. (Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1973-1979).

³⁹ *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa (1504).*, Artur Moreira de Sá (ed.) (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1964).

⁴⁰ *Oração de sapiência: Oratio pro rostris (1534).*, Artur Moreira de Sá (ed.) (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956).

⁴¹ Justino Mendes de Almeida, *Oração de Sapiência proferida em louvor de todas as disciplinas (1536)*. (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965).

⁴² *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra.*, Manuel Augusto Rodrigues (ed.) (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991).

universidade”⁴³. O regulamento manuelino de 19 fólhos, à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra, regula diversos aspetos da administração interna da instituição através de mais de 40 artigos, desde o número de oficiais e professores, e respetivos salários e benefícios; a previsões sobre a ausência e substituição dos lentes; às funções específicas do oficialato; aos procedimentos nas procissões e atos públicos académicos; até às regras na utilização do traje universitário. Por esta razão, os estatutos manuelinos, publicados na obra, são de extraordinária relevância para o nosso estudo pois permitem conhecer a instituição de forma muito detalhada, e em certa medida, de uma forma que fontes de outra natureza (que não a estatutária) não são capazes. Além disso, a comparação entre estatutos (tanto com os anteriores como com os referentes a instituições similares) permite perceber a evolução e sentido das transformações ocorridas no período.

Em suma, as fontes “universitárias” detêm um peso considerável para a investigação em curso, reunindo um total de cerca de 2700 documentos sobre a instituição e académicos portugueses.

Uma última nota, relativamente a fontes, que não tendo nenhuma ligação evidente à universidade, salientam-se pelas possibilidades de análise que suscitam, mas sobretudo porque permitem e facilitam um verdadeiro conhecimento do governo manuelino, e conseqüentemente do programa cultural do monarca, essencial na construção do projeto de doutoramento. Neste âmbito importa salientar as *Ordenações manuelinas*⁴⁴ (porque à semelhança dos textos estatutários para a universidade procuraram adequar a administração e burocracia do reino ao crescimento exponencial devido ao processo expansionista); as cortes manuelinas, reunidas pelo monarca por três vezes (1498⁴⁵, 1499⁴⁶ e 1502⁴⁷); e a crónica de D. Manuel⁴⁸ (Góis 1926).

⁴³ Rui M. Rocha, “«O Rei, a universidade e o «bom regimento dos regnos». A normatização moral do oficialato académico nos estatutos universitários manuelinos (c. 1503),” *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 20 (2020), 347-366. https://doi.org/10.14195/1645-2259_20_16.

⁴⁴ *Ordenações Manuelinas: Livros I a V. Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513)*., João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002).

⁴⁵ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*., João José Alves Dias, et al. (eds.) (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002).

⁴⁶ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)*., João José Alves Dias, et al. (eds.) (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001).

⁴⁷ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*., João José Alves Dias, et al. (eds.) (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001).

⁴⁸ *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góis*., Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, David Lopes (eds.), 4 vols. (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926).

4. Metodologias

Quanto às metodologias, a investigação está assente em dois vetores distintos. O primeiro, com uma dimensão muito mais quantitativa, é a análise prosopográfica, executada mediante a construção de uma base de dados que recolhe e trata a informação dos indivíduos (neste caso, académicos) de forma sistemática. O segundo, que por sua vez é de âmbito qualitativo, distribui-se pela análise textual e análise comparativa.

Como exemplo, dado o enorme peso que esta componente tem para este estudo, apresentaremos detalhadamente a organização e objetivos da Base de Dados. Tendo em conta os objetivos de definir a composição sociológica dos corpos académicos, determinar as funções exercidas pelos seus membros e caracterizar a sua interação com as principais instituições de poder (Coroa e Igreja) com base num estudo prosopográfico, justifica-se plenamente a construção de uma base de dados desta natureza, que relacione as informações de carácter pessoal, informações académicas/profissionais e também informações sobre as relações dos académicos portugueses com a Coroa e Igreja entre os finais do século XV e início do século XVI, entre outras. Por outro lado, pela revitalização atual deste campo de estudos em Portugal – história das universidades – optámos por construir uma base de dados abrangente que permitisse coligir os dados dos escolares, mestres e oficiais ao longo de toda a sua história, facilitando assim a sua utilização para estudos menos específicos, mas que contemplem de algum modo a aplicação do método prosopográfico à universidade. Esta base de dados, genericamente, permitirá reconstituir os diversos corpos académicos da universidade portuguesa; compreender a composição sociológica dos letrados portugueses; perceber as principais tendências de estudo na universidade portuguesa (e dos escolares portugueses) e estabelecer uma hierarquia dos saberes no início do século XVI em Portugal; estudar e analisar as tendências de mobilidade dos escolares portugueses (*peregrinatio academica*); analisar as relações entre a universidade/académicos com o poder central e com a Igreja; estudar a estrutura económica e financeira da universidade e dos letrados portugueses; perceber, a partir das participações e dos temas discutidos em conselho universitários, as principais preocupações dos académicos da época, e consequentemente, as formas de resolução; entre muitos outros aspetos.

Com isto presente, a base de dados que construímos pretende coligir e ligar vários níveis de informação sobre indivíduos ligados à universidade, fosse como escolar, lente ou oficial. Para isso identificamos três níveis de informação – pessoal, académica e relações com instituições – e procuramos desenvolver e interligar várias tabelas. Nas

informações pessoais reunimos informações como o nome, datas e locais de nascimento e óbito, património, etc. Nas informações académicas, que muito importam para o estudo e compreensão da composição e organização interna das instituições universitárias da época, procuramos aferir não só os graus académicos dos indivíduos, como também a que corpo académico pertenciam, procurando sempre estabelecer datas e locais do seu exercício, para assim relacionar a eventual mobilidade de académicos com a circulação cultural e de ideias. Por fim, relativamente às informações sobre as relações com as principais instituições de poder, procuramos determinar os locais e as datas do serviço régio e eclesiástico dos académicos. Cada registo corresponde a um indivíduo, pelo que será possível que para cada documento se façam múltiplos registos.

Determinado o tipo de informação que queríamos recolher organizámos então todos os campos de recolha de análise em torno de uma tabela principal e sete tabelas secundárias que se repercutiriam, após o estabelecimento das relações, num formulário principal, com vários subformulários auxiliares, que permitem a atribuição de informações múltiplas a um só indivíduo.

5. Apêndices

5.1. Base de Dados Prosopográfica:

1. MATRIZ PROSOPOGRÁFICA

- 1.1. Nome*
- 1.2. Data (documentado)*
- 1.3. Data de nascimento*
- 1.4. Local de nascimento*
- 1.5. Data de óbito:*
- 1.6. Local de óbito:*
- 1.7. Local de sepultura:*
- 1.8. Identificação conjetural*

2. GRAU DE PARENTESCO / RELAÇÕES FAMILIARES

- 2.1. Grau de Parentesco/Relação*
- 2.2. Nome do Parente*
- 2.3. Data do Parentesco*

3. PATRIMÓNIO

- 3.1. Património*
- 3.2. Forma de Aquisição*
- 3.3. Data de Aquisição*

4. PERCURSO ACADÉMICO

4.1. Grau Académico

- 4.1.1. Grau Académico*
- 4.1.2. Matéria/área de estudos do grau*
- 4.1.3. Universidade (que concedeu grau)*
- 4.1.4. Data de concessão de grau*

4.2. Corpo Académico

- 4.2.1. *Corpo Académico*
- 4.2.2. *Especificação*
- 4.2.3. *Universidade*
- 4.2.4. *Data da participação no Corpo Académico*

5. SERVIÇO

5.1. Serviço Eclesiástico

- 5.1.1. *Tipo de Serviço Eclesiástico*
- 5.1.2. *Especificação Serviço Eclesiástico*
- 5.1.3. *Local Serviço Eclesiástico*
- 5.1.4. *Data Serviço Eclesiástico*

5.2. Serviço Régio

- 5.2.1. *Tipo de Serviço Régio*
- 5.2.2. *Especificação Serviço Régio*
- 5.2.3. *Local Serviço Régio*
- 5.2.4. *Data Serviço Régio*

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

- 6.1. *Fonte*
- 6.2. *Formato Fonte*
- 6.3. *Tipologia Documental*
- 6.4. *Data documento*

5.2. Estrutura Provisória:

I PARTE – LECTIO

Capítulo 1 - Perspetivas historiográficas. Em torno da universidade manuelina: problemas, tendências e vias de investigação

- a) Os primeiros estudos
- b) O panorama internacional: um projeto europeu para a história das universidades
- c) A revitalização historiográfica na mudança de século
- d) A reforma e governo manuelino da universidade

Capítulo 2 - Propostas teóricas: fontes, metodologias e conceitos

- a) A publicação de fontes para o estudo da universidade. Algumas considerações
- b) Metodologias: prosopografia e humanidades digitais

II PARTE – EXPOSITIO

Capítulo 1 - Regnum

- a) A sociedade portuguesa na viragem do século
- b) Projeto político manuelino: a aspiração imperial
- c) A pulsão reformista de D. Manuel: modernização ou modernidade?
- d) O programa científico-cultural: artes, letras e ciências ao serviço da monarquia
- e) Política régia universitária: entre ingerências e autonomias

Capítulo 2 – Studium

- a) Modelos e idiossincrasias da cultura universitária europeia: permanências e descontinuidades
- b) A universidade portuguesa na tradição mediterrânica: o eixo hispano-italico
- c) A comunidade académica e o questionamento dos saberes escolásticos na universidade

manuelina: das tradições às transições

- d) Organização e administração universitária: o funcionamento institucional
- e) Movimentos, dinâmicas e agentes do humanismo português: a experiência humanista na universidade manuelina
- f) A arca do Estudo: a dimensão material da universidade
- g) Rituais e cerimonial: práticas, gestos e símbolos
- h) Sociedade e universidade: em torno de uma sociologia da cultura

III PARTE - DISPUTATIO

- a) Cultura universitária, humanismo e saber científico. Afinidades e disparidades.
- b) Saber universitário e poder universal: a questão universitária no projeto político manuelino

EXCIPIIT